

Depois das eleições, desafio da economia

TAD SZULC
Especial para O Estado

SÃO PAULO — Passadas as eleições de 15 de novembro — um importante passo para o retorno da democracia no Brasil — o governo do presidente João Figueiredo deve concentrar toda sua atenção na economia nacional e internacional.

Durante a frenética campanha eleitoral, da qual o general Figueiredo participou intensamente, o governo, na melhor tradição democrática, evitou tomar decisões impopulares. Agora, entretanto, haverá de tomá-las sem demora, algo que em parte será fácil devido ao bom desempenho do governo para a volta de eleições livres.

O Brasil — como a maioria das nações do mundo — tem que enfrentar o duplo pesadelo da inflação e do desemprego. É provável que a inflação de 1982 não ultrapasse 100%, índice inferior ao previsto. Porém o desemprego, que não tem estatísticas precisas, é extremamente grave, sobretudo nas grandes indústrias automobilísticas e metalúrgicas de São Paulo.

Não haverá milagres, porém, o regime brasileiro deverá pôr em prática uma mistura de austeridade fiscal e estímulos industriais, estes destinados à criação ou preservação de empregos, segundo a opinião de economistas independentes.

Em primeiro lugar, deverão ser reduzidos os enormes gastos das empresas estatais (as poderosas autarquias) para salvar o orçamento nacional. As autarquias — vacas sagradas políticas — ultrapassam com freqüência todos os limites fixados e muitos de seus grandiosos projetos não têm pé nem cabeça. O tremendo fracasso dos projetos madeireiros no Norte do País é um exemplo.

Em segundo lugar, o governo deverá impor austeridade, reduzindo o mecanismo compensatório da inflação, que consiste em corrigir tudo o que se conhece no Brasil — desde salários a pensões e aluguéis —, com base na correção monetária. Isto é muito atraente politicamente, já que os pagamentos a companhias e particulares

aumentam no compasso da inflação por decreto das autoridades financeiras.

Porém, economicamente, é catástrofico, porque distorce a economia e perpetua a inflação. Pouco antes da campanha eleitoral, os índices de correção monetária ultrapassaram a inflação real, o que não tem sentido. Por exemplo, o Banco Central fixou as taxas de juros das cadernetas de poupança em quase 24% para o último trimestre do ano. A medida foi tomada em setembro, antes de se conhecer a taxa real da inflação. Como era de se esperar, a inflação se igualou às taxas de juros, que em quase todas as partes do mundo são fixadas de acordo com as tendências de mercado.

Assim, é vantajoso não adaptar-se à inflação: simplesmente investe-se com taxas que se aproximam de 100% ao ano, em vez de se investir em atividades que fortaleçam a economia. A mesma idéia, a um nível muito mais devastador, aplica-se aos grandes capitalistas e corporações. A conversão acelerada de cruzeiro em dólar é outro exemplo: em meados de novembro, o dólar duplicava seu valor no mercado negro em relação ao câmbio oficial. Porém os que não têm fundos para investir se vêem encerrados pela inflação, já que a correção monetária, apesar de elevada, não se iguala à alta diária dos preços.

Internacionalmente, o Brasil não vai mal — tudo é relativo — apesar de sua dívida externa de 90 bilhões de dólares. De um lado, a dívida brasileira tem um bom perfil, isto é, não há necessidade de grandes recursos para saldá-la imediatamente (como o México). Ademais, depois da crise mexicana, a confiança dos bancos internacionais no Brasil renasceu e em novembro os brasileiros conseguiram obter novos fundos para 1983, no valor de quase 11 bilhões de dólares. Esta soma inclui 2.500 milhões do Fundo Monetário Internacional — um acordo que o governo brasileiro se negou a confirmar antes das eleições, por motivos políticos — assim como outros valores do Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos e de bancos particulares norte-americanos.